

destaques do mês

Eletrobras pode perder gestão do fundo da Reserva Global de Reversão

Está em fase de conclusão, um projeto de lei que retira da Eletrobras a gestão do fundo da Reserva Global de Reversão (RGR). O objetivo é fazer com que o recolhimento desse encargo, que é cobrado na conta de luz dos consumidores, passe a ser gerenciado por um órgão independente, como o BNDES. A Eletrobras gerencia cerca de R\$ 16 bilhões já coletados pela RGR. A estatal cobra uma taxa de 1,3% sobre os empréstimos concedidos por meio do fundo para prestar o serviço de administração. A Aneel elaborou um relatório onde aponta uma série de irregularidades na administração do fundo. Há indícios de apropriação indevida de, pelo menos, R\$ 1,2 bilhão pela estatal federal, recursos que deveriam ter sido repassados ao fundo. A estatal nega as irregularidades. Segundo dados da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), a RGR custa hoje cerca de R\$ 2 bilhões por ano ao contribuinte. A associação alega que metade do que foi arrecadado até hoje pelo fundo foi usado pela Eletrobras para financiar suas próprias empresas com empréstimos a juro baixo. Se o tributo fosse extinto, haveria uma queda de 2,7% nas tarifas aos consumidores de energia elétrica. (16.06.2011 – Valor Econômico)

Brasil dobrará produção de ferro até 2015

O avanço da procura em relação à oferta, e o conseqüente aumento de preço, fará com que a produção brasileira anual de minério de ferro mais do que dobre em cinco anos. A produção saltará dos atuais 370 milhões de toneladas para 787 milhões em 2015, diz o Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração). O presidente do Ibram, Paulo Camillo Penna, afirmou existir um déficit no mercado transoceânico de 100 milhões de toneladas até 2012. E, de acordo com ele, o cenário de oferta apertada vai persistir por conta da reconstrução do Japão, depois do terremoto, e da urbanização global. A projeção de expansão da produção brasileira leva em consideração os investimentos anunciados, até o momento, para o período entre 2011 e 2015, que somam R\$ 71,8 bilhões. (21.06.2011 – Folha de São Paulo)

Santos projeta ampliar estrutura para passageiros

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) pretende lançar a licitação para a nova infraestrutura do porto de Santos destinada a navios de cruzeiro. O projeto, que integra o PAC Copa, está orçado em R\$ 352 milhões, aumento de 193% sobre o valor inicial. Segundo o diretor de Infraestrutura e Execução de Serviços da estatal, Paulino Moreira Vicente, os estudos mostraram que a obra de recuperação do cais era mais complexa do que o originalmente imaginado. A obra

painel

■ Inscrições de projetos na área de saneamento - PAC 2

Municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes (exceto os de regiões metropolitanas) têm até o dia 15 de julho próximo para inscrever projetos na área de saneamento no PAC 2. O programa prevê investimentos de R\$ 5 bilhões na elaboração de projetos e na execução de obras de abastecimento de água e redes de esgoto sanitário.

Mais informações nos sites: www.cidades.gov.br www.funasa.gov.br

■ Sete Brasil convida OSX para licitação de sondas

O estaleiro OSX foi convidado pela Sete Brasil para participar do processo de licitação para construção de sondas de perfuração. A Sete tem participação minoritária da Petrobras e foi criada para gerenciar as encomendas de embarcações da estatal. (29.06.2011 – Valor Econômico)

■ Novo leilão da ANP para exploração de petróleo será adiado

O leilão da ANP será adiado novamente. A 11ª Rodada, que prevê áreas com potencial de exploração de petróleo e gás, não poderá ser no dia 12 de setembro, data desejada pela agência.

deve começar em novembro e durar 26 meses. A nova estrutura criará condições de o porto ofertar 15,4 mil leitos flutuantes, uma alternativa aos hotéis durante a Copa de 2014. Na última estação de transatlânticos, Santos recebeu 1,1 milhão de passageiros. Com a obra, a estimativa é que o porto possa receber até 2,5 milhões de passageiros por temporada. (17.06.2011 – Valor Econômico)

O edital ainda não foi publicado e há o prazo mínimo de 4 meses entre a publicação do edital e a realização do certame. (01.07.2011 – Folha de São Paulo)

Governo planeja usar Telebrás para disseminar o acesso à internet rápida na Copa do Mundo

O Ministério das Comunicações projeta estratégia para atender a demanda por internet e transmissão de dados em tempo real durante a Copa do Mundo. Por meio da Telebrás, o Governo vai instalar uma rede sofisticada de internet nas 12 cidades que sediarão os jogos de 2014, um projeto que, pelo orçamento inicial, é estimado em cerca de R\$ 200 milhões. O projeto é parte de um conjunto de medidas desenhadas pelo Governo para disseminar o acesso à internet rápida pelo País. Para que nos próximos três anos boa parte da população tenha acesso a um serviço de até 5 megabits por segundo (mbps), o Governo vai desonerar a aquisição de equipamentos de rede para as teles, licitar novas redes de acesso sem fio e estimular a competição no setor com a abertura do mercado de TV a cabo. Em contrapartida, o Planalto cobrará o cumprimento de padrões mínimos de qualidade na entrega dos serviços. (28.06.2011 – Valor Econômico)

Governo promete plano antiapagão aéreo

O governo anunciará um plano de contingência para reduzir transtornos na aviação durante as férias de julho. A presidente Dilma Rousseff que se reuniu com o ministro da Aviação Civil, Wagner Bittencourt, e a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para discutir o plano de contingência, teme que os problemas de atrasos em voos e *overbooking* no período de intenso movimento de passageiros aumentem ainda mais as críticas da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) e de setores da opinião pública pela demora nas obras de melhoria das pistas e dos terminais das cidades que realizarão jogos da Copa de 2014. Além disso, a Presidente determinou que os principais aeroportos ofereçam internet sem fio gratuita nos terminais durante esse período de férias de meio de ano. Existem chances que a medida poderá ser aplicada apenas no fim do mês de julho, no retorno dos passageiros das férias. (28.06.2011 – O Estado de São Paulo)

Atraso de usinas térmicas eleva tarifa de energia

O atraso na operação de oito termelétricas obrigará o Governo Federal e o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) a elevar o nível meta dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões Sudeste/Centro-Oeste e do Nordeste em 2011. Essa mudança deverá ter custo adicional entre R\$ 250 milhões e R\$ 300 milhões para a tarifa de energia elétrica ao consumidor em 2012. É a primeira vez que autoridades do setor reprogramam a geração do País nessa escala por causa do descumprimento de prazos por empreendedores que assumiram projetos termelétricos. (15.06.2011 – Folha de São Paulo)

Empresas e Governo fecham acordo para Banda Larga

As empresas de telefonia fixa e o Governo Federal fecharam um acordo para o início efetivo do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Depois de meses em discussão, as concessionárias finalmente aceitaram oferecer um serviço de acesso rápido à internet por R\$ 35 em todos os municípios. Onde não for economicamente viável para as concessionárias ofertarem banda larga fixa por R\$ 35 mbps, sem a obrigação de o consumidor adquirir simultaneamente uma linha de telefone, os consumidores poderão contar com uma banda larga móvel, pelo mesmo preço, revelou o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Como a banda larga móvel demanda a aquisição de um modem, estão sendo negociadas melhores condições para que isso não seja uma barreira de entrada para novos usuários de internet rápida. A Presidente quer que seja estabelecido um cronograma de cobertura do PNBL até junho de 2014, bem como que a velocidade seja aumentada gradativamente até 5 mbps, por um preço acessível à população. O Ministro esclareceu que o Governo não subsidiará as empresas para ofertar banda larga a R\$ 35. (25.06.2011 – O Estado de São Paulo)

Regime Diferenciado de Contratações não impede fraudes, diz TCU

O TCU (Tribunal de Contas da União) afirmou que o RDC (Regime Diferenciado de Contratações), que flexibiliza as regras de licitações para a Copa-2014 e a Olimpíada-2016, não deixa as licitações imunes a direcionamentos. O Secretário Adjunto de Planejamento do Tribunal, Marcelo Luiz Eira, admitiu que as empresas podem combinar preços, mas reforçou os temores do órgão sobre corrupção. "O que nos preocupa é que nem todos os administradores são honestos. Pode acontecer de alguém revelar o orçamento a um dos licitantes para direcionar", disse. A Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, confirmou que o TCU participou de uma discussão prévia de pontos do RDC, o que foi importante para orientar a Casa Civil. (30.06.2011 – Folha de São Paulo)

Jirau volta a contratar e retoma ritmo das obras

A construtora Camargo Corrêa vai contratar 2,5 mil trabalhadores até o fim de julho para retomar o ritmo nas obras da hidrelétrica de Jirau, em construção no rio Madeira, em Porto Velho. A ação faz parte das medidas para tentar reduzir o atraso causado pela paralisação da construção em março. Com o recrutamento, o canteiro de obras da usina vai somar 14,5 mil funcionários. Nos próximos 30 dias, a construtora quer concluir as obras dos alojamentos destruídos, voltando a ter capacidade para alojar 10 mil trabalhadores. O consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela construção e operação de Jirau, calculou o atraso causado pelas paralisações. Antes dos problemas, o plano era ligar a primeira turbina da usina em março de 2012, antecipando em nove meses o cronograma oficial firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que conta com o fornecimento a partir de janeiro de 2013. Agora, a primeira turbina só será ligada em outubro de 2012. (29.06.2011 – Valor Econômico)

Pré-acordo entre governadores divide *royalties* com não produtores

Os Governadores dos Estados produtores de petróleo e representantes dos Estados não-produtores fecharam um acordo preliminar sobre a divisão dos *royalties* do pré-sal. Pela negociação, os Estados produtores aceitaram que os Estados não produtores recebam parte dos *royalties*. Pelo acordo prévio, os Estados não produtores também passariam a receber parte dos *royalties* assim que as regras e o marco legal fossem definidos e aprovados pelo Congresso e não teriam que esperar até 2025, data prevista para o início da exploração do pré-sal. Em contrapartida, os Estados não produtores concordaram que a maior parte dos recursos deve ser destinada aos Estados produtores. A partir desse entendimento, Estados produtores e não produtores irão construir uma proposta em torno dos percentuais. (G1 – 30.06.2011)

Geradoras reveem estratégia com atraso em leilão

O adiamento do leilão A-3, que irá contratar energia elétrica para suprir o crescimento do mercado do Sistema Interligado Nacional (SIN) no ano de 2014, deve reduzir o prazo para implementação dos projetos. Esta é uma das preocupações de empresas como Energimp, Desa e Global, inscritas para participar do certame. O diretor geral da Energimp, Alvaro Araujo, afirma que para quem já está com projetos habilitados o adiamento é negativo e acaba dando mais tempo para projetos concorrentes que não estão bem estruturados participarem do leilão. "Além disso, o prazo da entrada em operação acaba sendo mantido, o que torna o tempo para implementar o projeto mais curto", diz. Segundo o Presidente Executivo da Dobrevê Energia S/A (Desa), Carlos Augusto Leite Brandão, para a parte física do projeto não há maiores consequências para a Empresa já que se encontram em fase adiantada, mas a parte financeira acaba tendo que ser replanejada. "O adiamento do leilão acaba afetando a programação do depósito das garantias", explica. (Brasil Econômico – 30.06.2011)

Conselho interno pede cortes no orçamento da Petrobras

O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que a divulgação do novo plano de negócios da Petrobras depende de cortes orçamentários. Nas últimas reuniões do Conselho de Administração da estatal, foi solicitado corte de 10% do orçamento proposto pela direção da empresa. A Diretoria da Petrobras chegou a apresentar algumas propostas de cortes no orçamento, mas o Conselho de Administração considerou insuficiente. Os cortes ainda estão sendo estudados pela direção da Petrobras, mas, segundo o Ministro, não afetarão os investimentos em andamento, em especial, nas refinarias. (01.07.2011 – Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de maio de 2011 até 31 de dezembro de 2015

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.045	3.750	2.208	505	795	8.302
Otimista	1.306	3.750	2.208	1.167	1.396	9.826

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.713	531	360	0	1.350	4.954
Otimista	2.809	1.392	5.663	0	1.400	11.264

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.260	857	99	27	0	3.243
Otimista	3.031	3.376	1.293	133	173	8.007

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	6.018	5.138	2.667	533	2.145	16.500
Otimista	7.146	8.517	9.164	1.300	2.969	29.097

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

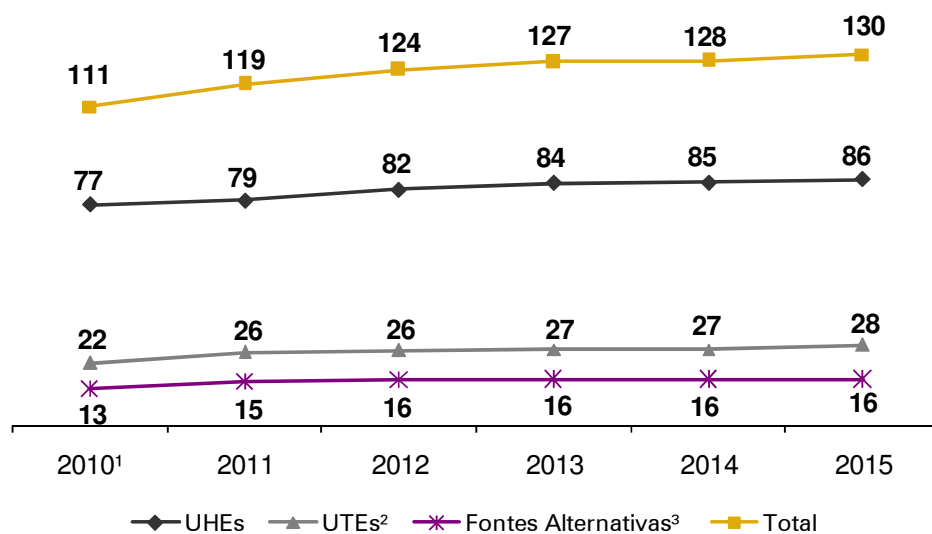
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 1,7% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de maio de 2011 e 31 de dezembro de 2015.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29,1 mil MW no período 2011-2015. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 3,4% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

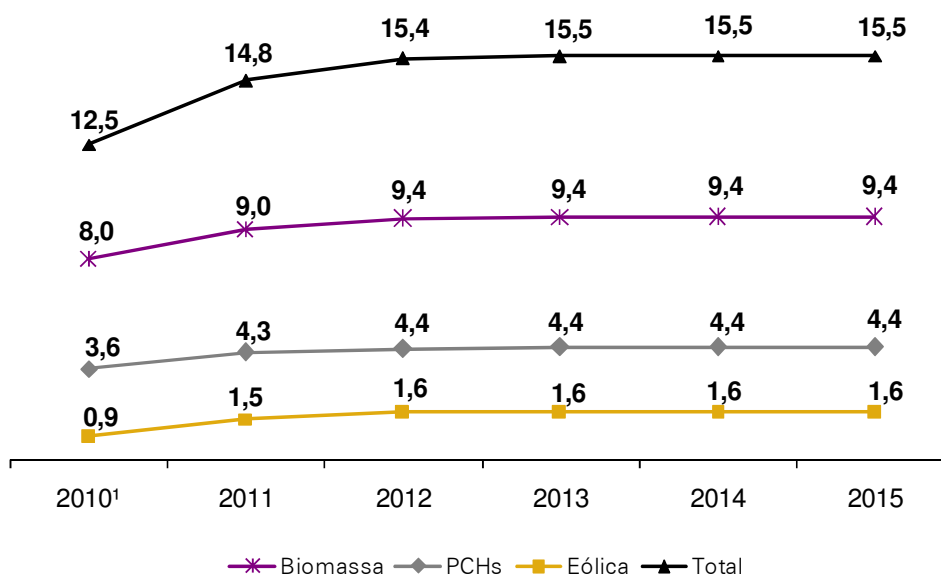
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre janeiro de 2011 e 2015, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 11,3% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento das usinas térmicas (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 28,3% no mesmo período.

Em janeiro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2015 deverão representar 66%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 20% para 22%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve manter-se em 7% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir para 3% em 2015.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2015, deve ser de 1,5%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2011, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,2% e 4,5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2015, seis apresentam restrições para a contratação de 1.524 MW: Belo Monte (PA), Colider (MT), Dardanelos (MT), Ferreira Gomes (AP), Garibaldi (SC) e Santo Antônio (AP/PA). No cenário conservador, 8,3 mil MW devem entrar em operação até 2015.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (primeira máquina em outubro).

A UHE de Santo Antônio (RO) tampouco apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação foi antecipada para 2011, com os primeiros 70 MW.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,3 mil MW até 2015, apenas 5 mil MW (44%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 728 MW de potência adicional até 2014. Desse total, 98 MW (13%) correspondem à potência de 7 usinas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Já no cenário otimista, até 2014, devem entrar em operação 1,4 mil MW, sendo 120 MW (8%) equivalentes às usinas do PROINFA.

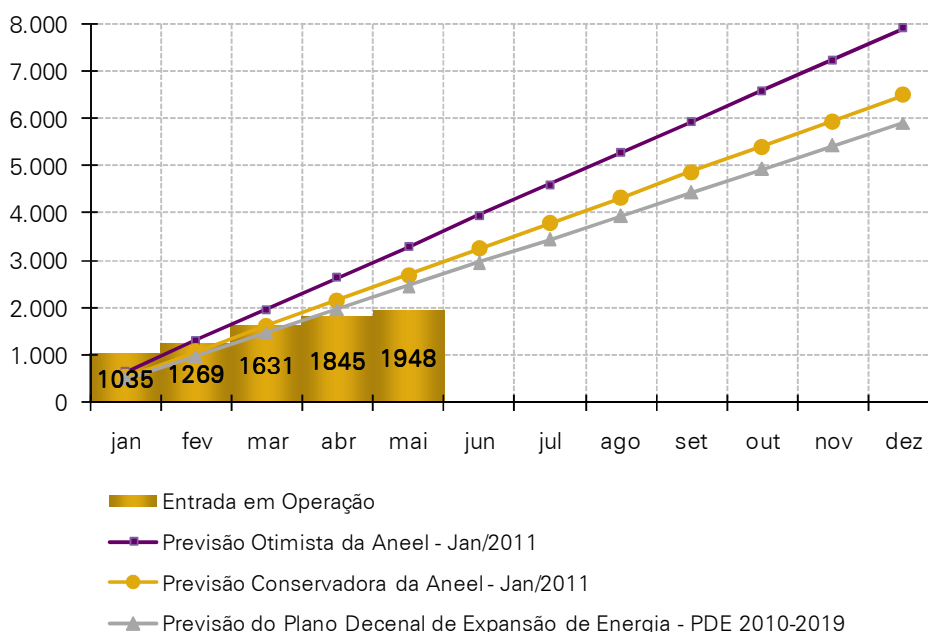
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,5 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 3 mil MW até 2015. As 6 usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 967 MW até 2012, sendo 398 MW (41%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 3,6 mil MW até 2013. Destas, 533 MW (15%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

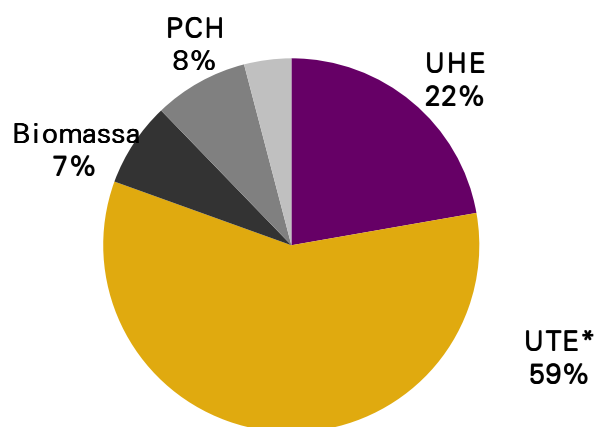
Expansão da Capacidade de Geração em 2011 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2011, até 15 de maio, entraram em operação 1.937 MW. Desse total, as UTEs representaram 61% da potência total instalada. As UHEs representaram 22% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 424 MW. As PCHs e UTEs à biomassa representaram cada uma, respectivamente, 7% e 6% da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de maio de 2011



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em abril de 2011, 35.835 GWh, apresentando crescimento de 2% em relação a abril de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Abril 2010	Abril 2011	Var. %	Jan-Abr 2010	Jan-Abr 2011	Var. %
Residencial	9.150	9.236	1	36.472	37.997	4
Industrial	14.921	15.353	3	57.878	59.856	3
Comercial	6.010	6.302	5	23.883	25.264	6
Outras	4.903	4.944	1	19.556	20.041	2
Total	34.984	35.835	2	137.789	143.158	4

Em 2011, até abril, o consumo pelo setor industrial foi 3% superior ao apresentado em 2010. A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no consumo industrial de energia no acumulado do ano (-4,4%).

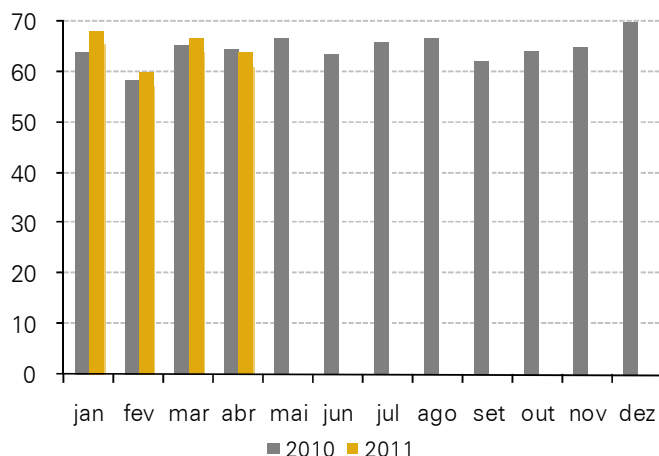
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de abril de 2011 foi de 64 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), apresentando diminuição de 1% no volume em relação a abril do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 2,4% em comparação a 2010.

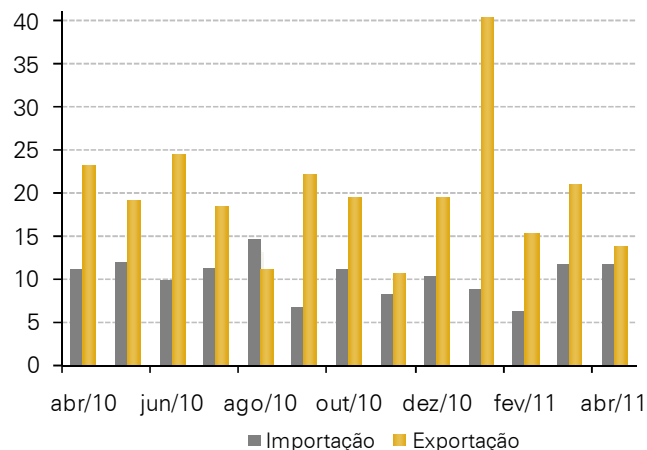
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em abril de 2011, foi de 55 milhões bep. Esse volume foi 6% superior ao observado em abril de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 7%.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

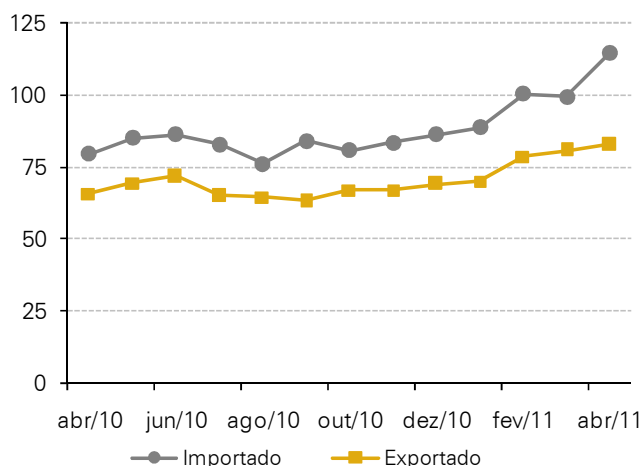


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em abril de 2011, foi de 16 milhões bep, valor 14% inferior ao exportado em abril de 2010. No acumulado do ano, esse volume também foi 14% menor em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em abril de 2011, foi de US\$ 120,95/barril, valor 43% superior ao observado em abril de 2010.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

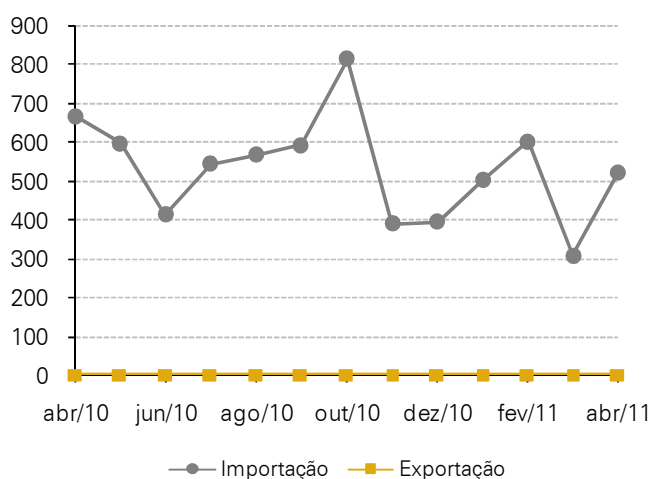


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

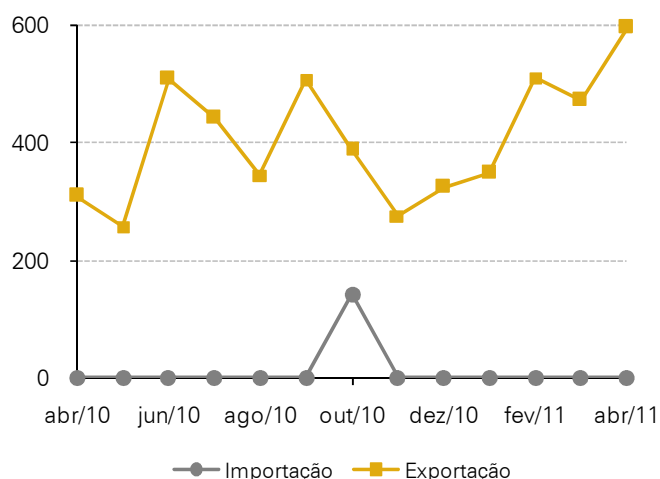
Em abril de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 54 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 3% superior ao produzido em abril de 2010. Até abril de 2011, a produção apresentou aumento de 7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

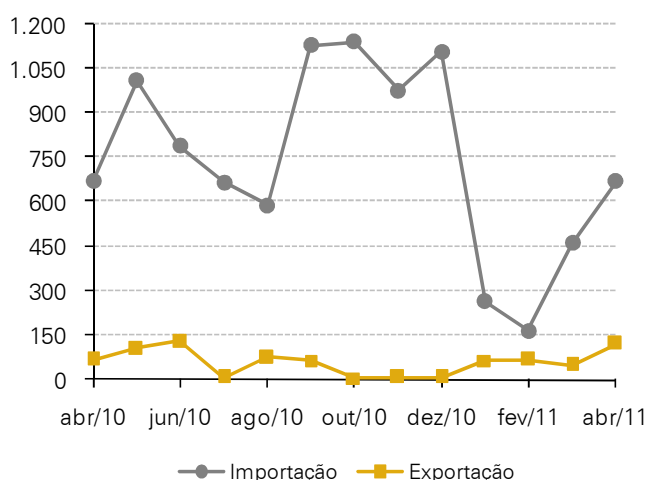


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em abril de 2011, foi de 14 milhões bep, valor 6% inferior ao registrado em abril do ano anterior. Até abril, o volume de derivados importado foi 8% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

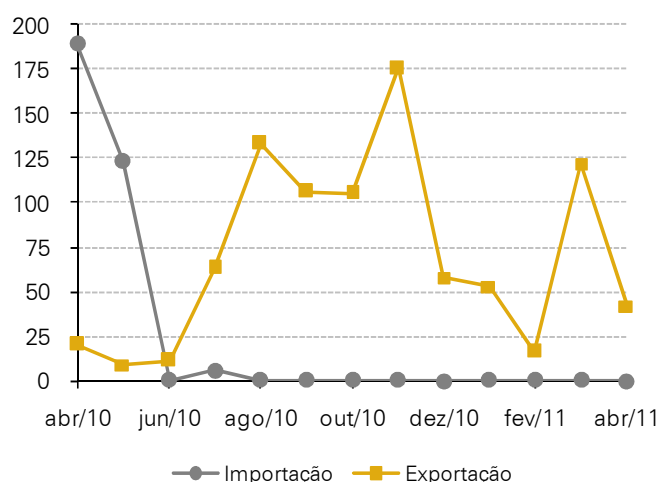
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em abril de 2011, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 20% superior ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 6% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em abril de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa de 6% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 4%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	abr/2010	jan-abr/2010	abr/2011	jan-abr/2011
Produção de Petróleo (a)	65	252	64	258
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-7	-35	-3	-23
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	19	7	13
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	67	237	68	248
Dependência Externa (e)=(d-a)	2	-16	4	-10
Dependência Externa (%) (e)/(d)	3	-7	6	-4

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em abril de 2011, apresentou saldo negativo de US\$ FOB 938 milhões. Ou seja, o Brasil importou US\$ FOB 938 milhões a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ FOB 543 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo negativo de US\$ FOB 665 milhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	abr/10	jan-abr/2010	abr/11	jan-abr/2011
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.314	5.086	1.536	5.546
Dispêndio com importação (b)	1.007	3.414	1.634	4.747
Balança Comercial (c)=(a-b)	306	1.672	-98	798
Derivados				
Receita com exportação (d)	460	2.256	775	3.017
Dispêndio com importação (e)	1.309	4.051	1.614	4.481
Balança Comercial (f)=(d-e)	-849	-1.795	-840	-1.464
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.773	7.342	2.311	8.563
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.316	7.464	3.249	9.229
Balança Total (i)=(g)-(h)	-543	-122	-938	-665

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

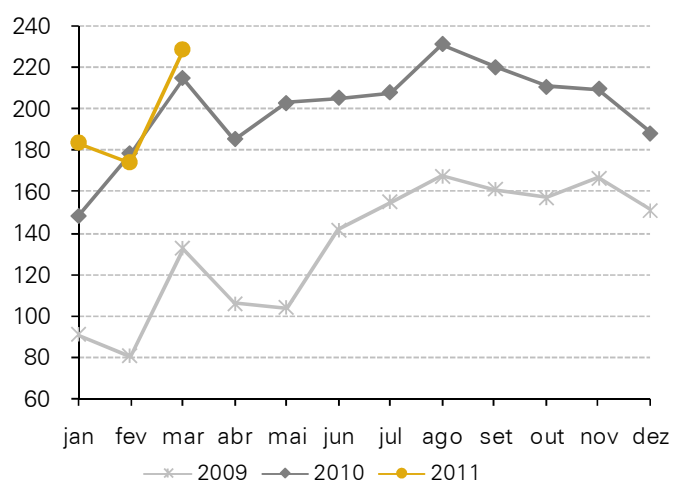
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em abril de 2011, foi de 185 mil m³, montante similar ao produzido em abril de 2010. No acumulado do ano, a produção foi 6% superior.

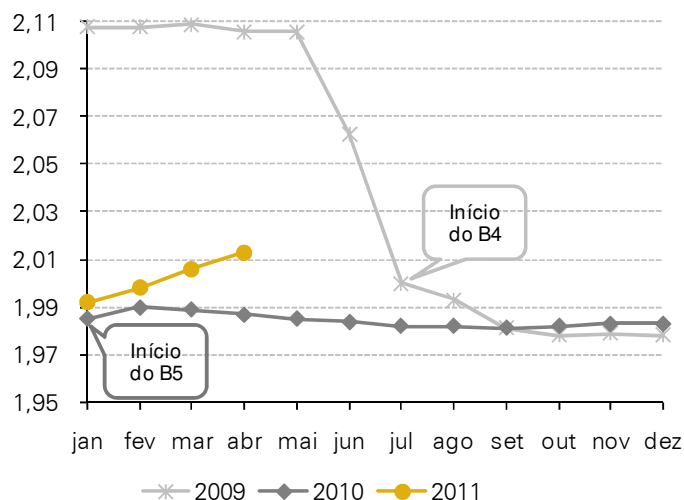
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em abril de 2011, foi de R\$ 2,01/ ℓ, valor 0,4% superior observado em abril de 2010.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2010/2011 produziu, até o dia 1º de abril de 2011, 27.558 mil m³ de álcool, sendo 19.555 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (71%). Em relação ao mesmo período da safra 2009/2010, houve um aumento de 5%.

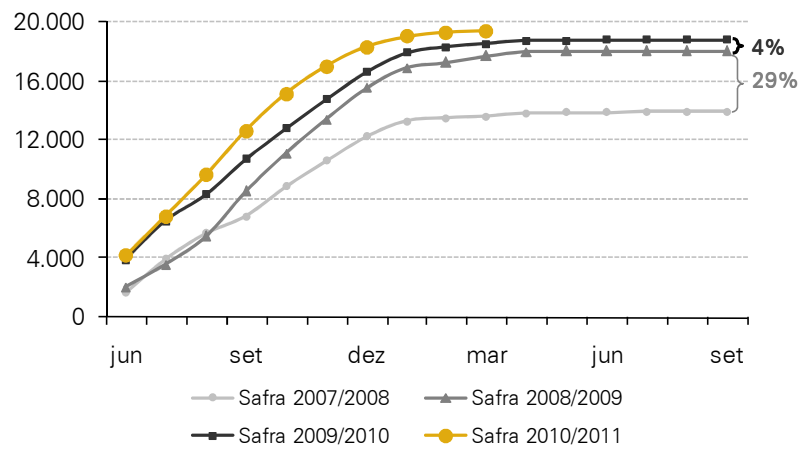
A produção total de álcool foi 8% superior em relação à safra anterior, puxada pelo aumento da produção do álcool anidro e hidratado.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2009/2010 (até 1º de abril de 2010)	Safra 2010/2011 (até 1º de abril de 2011)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	6.873	8.003	16
Álcool Hidratado (mil m ³)	18.579	19.555	5
Total Álcool (mil m³)	25.452	27.558	8
Açúcar (mil ton)	33.013	38.115	15

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



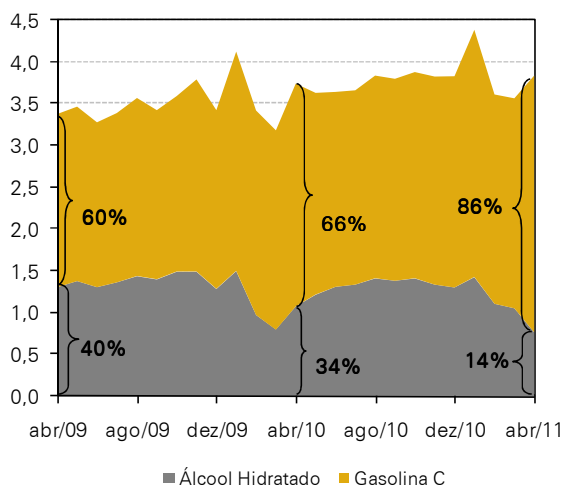
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

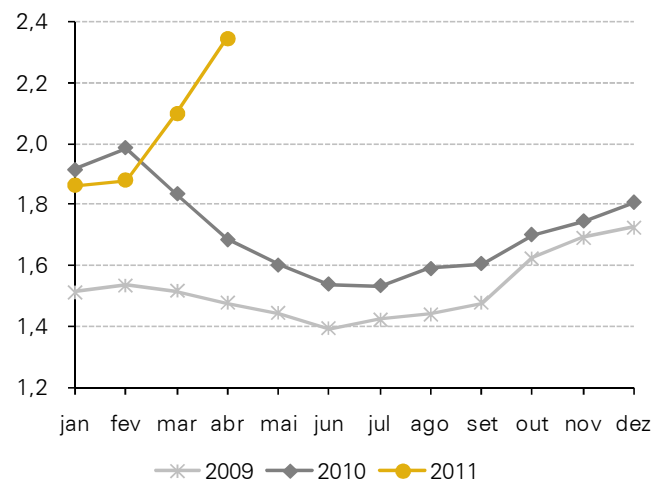
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 499 mil m³ em abril de 2011. Esse número representa uma diminuição de 59% em relação a abril de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 16% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em abril de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,35/ℓ, valor 39% superior ao registrado em abril de 2010.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



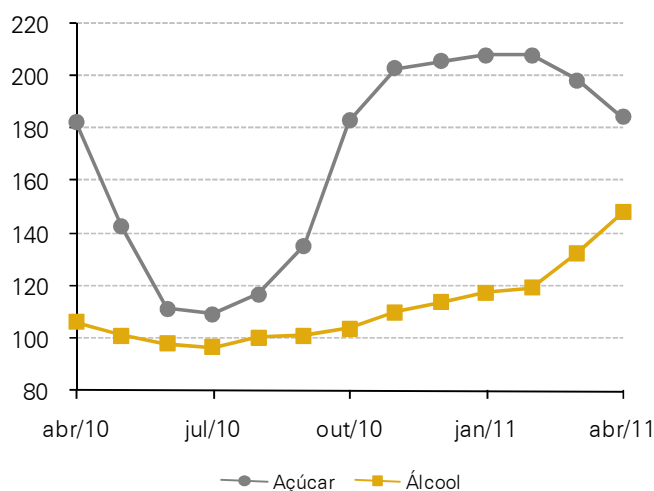
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em abril de 2011, foi de 62.544 mil m³, representando um aumento de 2% comparado à média verificada em abril de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 5,5% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em abril de 2011 foi de 24.155 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 61.530 mil m³/dia. Este montante é 9% superior ao observado em abril de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 17% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 40% em abril de 2011. Em abril de 2010, essa proporção havia sido de 49%.

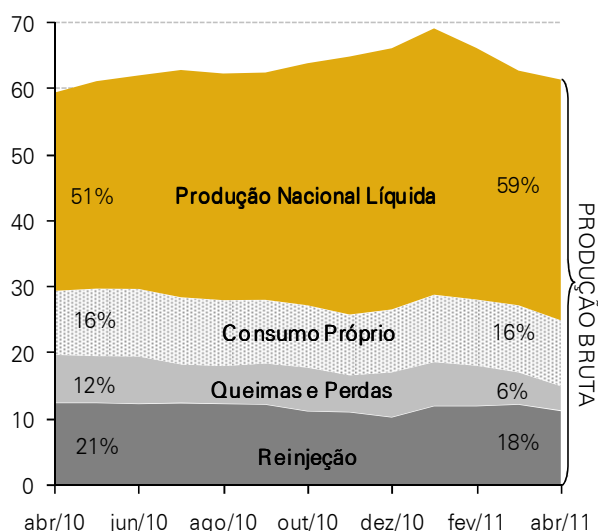
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em abr/2010	Média do período jan-abr/2010	Média em abr/2011	Média do período jan-abr/2011
Produção Nacional¹	61.216	59.943	62.544	63.263
- Reinjeção	12.518	12.368	12.129	11.924
- Queimas e Perdas	7.030	7.376	2.866	4.355
- Consumo Próprio	10.160	9.633	10.174	10.058
= Produção Nac. Líquida	31.507	30.566	37.375	36.926
+ Importação	25.133	24.517	24.155	27.397
= Oferta	56.640	55.083	61.530	64.323

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

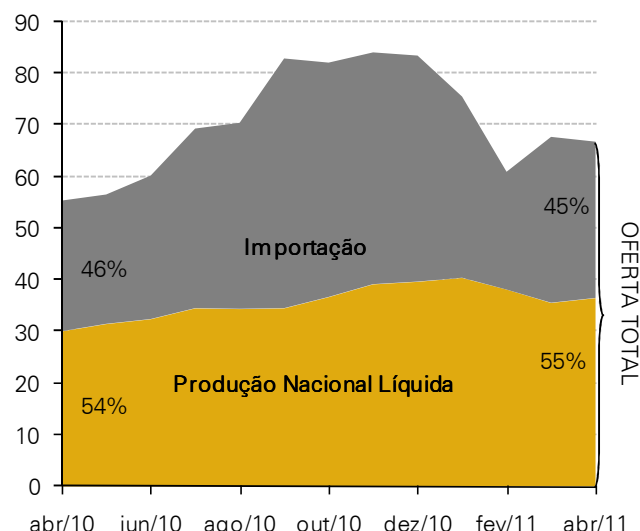
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em abril de 2011 foi, em média, de 43,5 milhões de m³/dia. Essa média é 8% superior aos 40 milhões de m³/dia consumidos em abril de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 14% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em abril de 2011, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 13% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 67% do volume total de gás consumido em abril de 2011.

No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 13% superior em relação ao mesmo período de 2010.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	abr/11	jan-abr/2011	abr-2011/ abr-2010	Acumulado do ano
Industrial	29.037	28.215	13	13
Automotivo	5.278	5.265	-2	-5
Residencial	861	694	11	9
Comercial	652	638	9	8
Geração Elétrica	3.783	5.888	-6	45
Co-geração*	3.083	3.182	13	18
Outros	761	797	-20	-9
Total	43.453	44.680	8	14

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

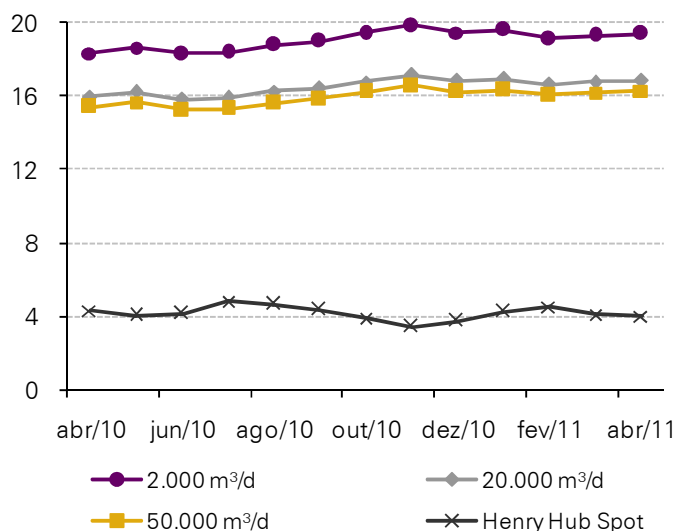
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em abril de 2011, foi de US\$ 18,47/MMBtu, valor 10% superior ao apresentado em abril de 2010 (US\$ 16,84/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em abril de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,24/MMBtu, valor 5% superior ao apresentado em abril de 2010 (US\$ 4,03/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

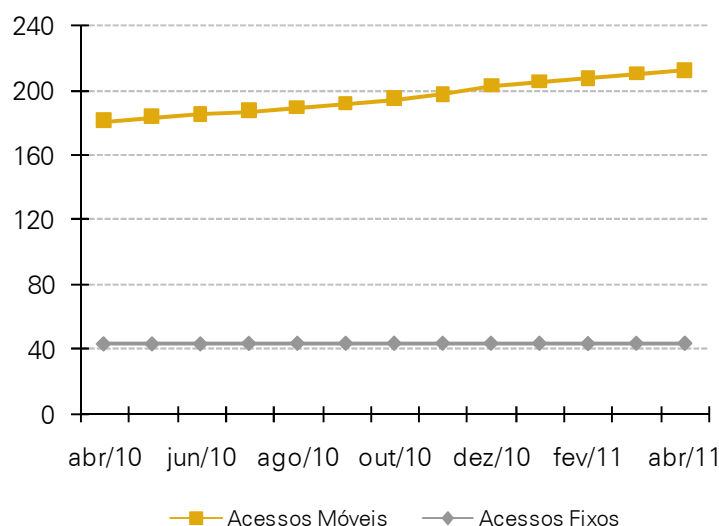
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em abril de 2011, o número de acessos móveis em operação foi de 213 milhões, montante 19% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,4% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em abril de 2011, o número de acessos fixos foi de 44 milhões, montante 1% superior ao averiguado em abril de 2010.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em março de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos selecionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA, Suape/PE) teve queda de 3%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 7% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Até março de 2011, a movimentação de granel sólido aumentou 4% em relação ao mesmo período do ano anterior e a movimentação de granel líquido apresentou queda de 6%.

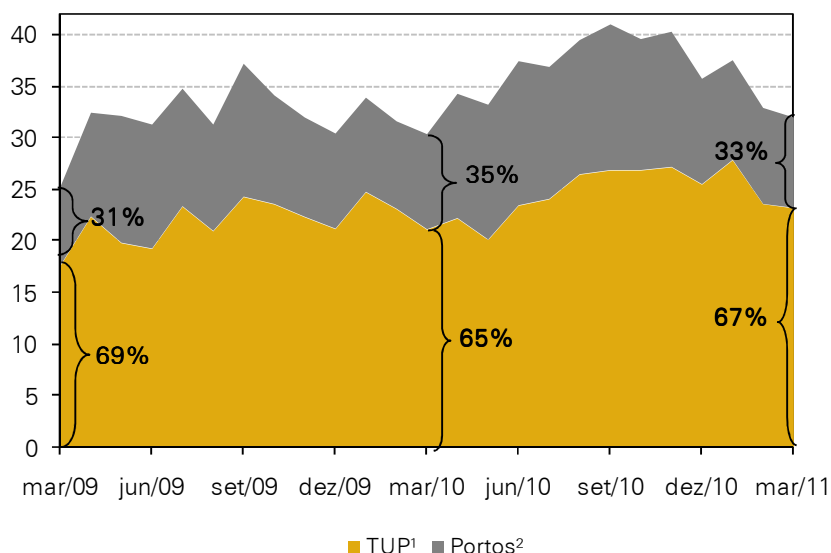
A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em março de 2011, foi 4% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, até março, a movimentação total foi similar ao observado no mesmo período de 2010.

Movimentação em Portos Selecionados - por Natureza

	Granel sólido	mar-2011 /	Granel líquido	mar-2011 /	Contêiner	mar-2011 /
	mar-2011	mar-2010	mar-2011	mar-2010	mar-2011	mar-2010
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	3.189	-11	947	-9	217.351	11
Paranaguá (PR)	1.974	-8	247	25	54.193	54.193
Vila do Conde (PA)	1.130	4	177	32	1.861	45
São Francisco do Sul (SC)	451	-8	0	-	13.630	73
Rio Grande (RS)	431	17	232	-2	43.637	-16
Itaqui (MA)	378	47	625	-6	150	-
Aratu (BA)	187	52	15	-43	0	-
Suape (PE)	95	263	386	7	34.092	29
Total	7.836	-3	2.855	-7	364.914	10

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Selecionados (milhões t)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

¹ Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

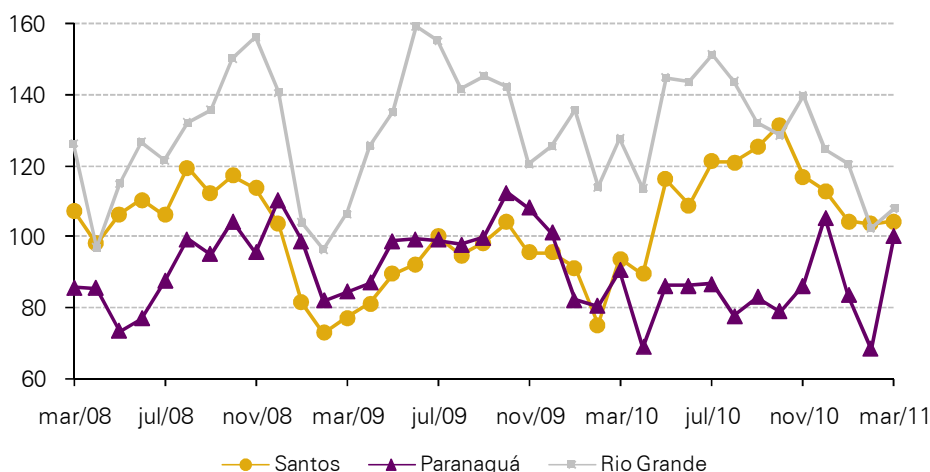
² Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

Em março de 2011, os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 67% da movimentação total dos portos e terminais selecionados. A movimentação total nos TUPs foi de 23.803 mil toneladas, volume 7% superior a março de 2010.

Cerca de 72% da movimentação dos TUPs refere-se a granéis sólidos. Os terminais de Tubarão e Ponta da Madeira foram responsáveis, em março, por 35% e 30%, respectivamente, da movimentação total dos TUPs selecionados.

Em março de 2011, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País (com exceção dos portos de Itaguaí/RJ e do Rio de Janeiro/RJ) foi de 454.862 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 12% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

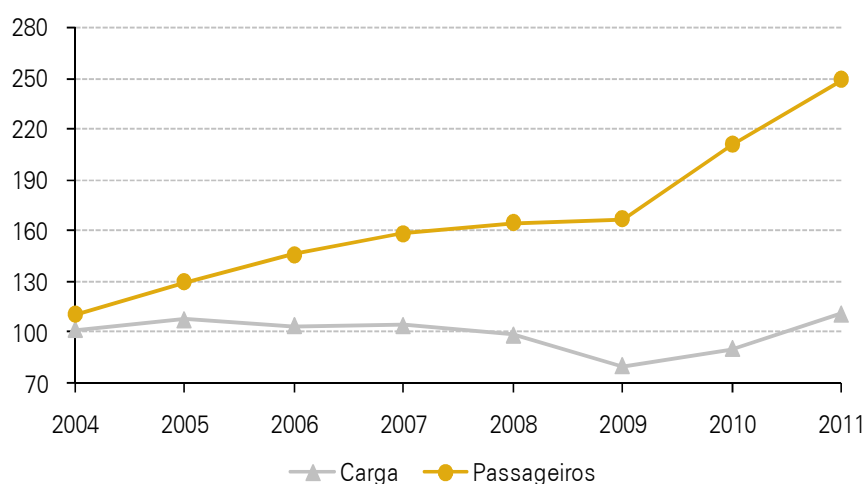
Em março de 2011, o porto de Paranaguá e o porto de Santos apresentaram aumento de 11% na movimentação de contêineres em relação a março de 2010. O porto de Rio Grande, em março de 2011, apresentou queda de 16% na movimentação de contêiner em relação a março de 2010.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Até o fechamento desta edição a Infraero não havia homologado os dados de movimentação de carga no aeroporto de Campinas para janeiro e fevereiro de 2011.

Em 2011, no período de janeiro a abril, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 18% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a abril de cada ano* (Ano base: 2003 = 100)

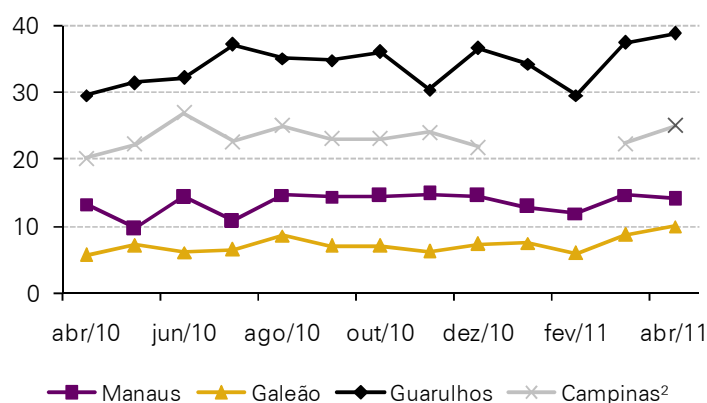


Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Movimentação de cargas para os aeroportos gerenciados pela Infraero excluindo o aeroporto de Campinas (66 aeroportos).

Em abril de 2011, a movimentação de carga aérea total no País foi de 131 mil toneladas, número 30% superior ao mesmo mês do ano anterior. O aeroporto de Guarulhos representou 30% do total movimentado e teve um aumento de 31% em comparação a abril de 2010. O aeroporto de Campinas, que movimentou 19% do total, teve um crescimento de 24% na comparação com março de 2010.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

¹ Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

² Até o fechamento desta edição, a Infraero não havia homologado os dados da movimentação de carga no aeroporto de Campinas para janeiro e fevereiro de 2011.

Em abril de 2011, 15 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 27% superior ao observado em abril de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 57.342, número 18% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Abr (mil)	Variação (%)	Abril (mil)	Variação (%)
2003	23.033	-	5.908	-
2004	25.434	10	6.390	8
2005	29.892	18	7.371	15
2006	33.686	13	8.350	13
2007	36.527	8	9.489	14
2008	37.935	4	9.650	2
2009	38.387	1	9.689	0
2010	48.567	27	11.631	20
2011	57.342	18	14.730	27

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a abril de 2011, foi de 137 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao mesmo período de 2010. Nesse período, a produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (18%), seguida pela extração vegetal e celulose (11%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado (103.818 milhões de TUs) no acumulado de janeiro a abril de 2011.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Abr

Ano	2010	2011	Variação
Mercadoria	Jan-Abril (mil TU)	Jan-Abril (mil TU)	acum-11/ acum-10
Minério de Ferro	96.330	103.818	8%
Soja e Farelo de Soja	8.466	7.584	-16%
Indústria Siderúrgica	5.694	5.520	-3%
Carvão/Coque	3.784	3.928	4%
Grãos Minerais	3.340	3.127	-6%
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	3.161	3.054	-3%
Produção Agrícola (exceto soja)	3.030	3.573	18%
Indústria Cimenteira e Construção Civil	1.577	1.680	7%
Adubos e Fertilizantes	1.436	1.529	7%
Extração Vegetal e Celulose	1.265	1.407	11%
Cimento	1.096	985	-10%
Contêiner	858	794	-7%
Carga Geral - Não Containerizada	49	37	-24%
Total	130.086	137.037	5%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em abril de 2011, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 56 milhões de toneladas, montante 11% superior ao averiguado em abril do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	abr/2011	jan-abr/2011	abr-2011/ abr-2010	Acumulado do ano
Marítimo	52.744	191.781	10	4
Fluvial	1.444	5.260	47	21
Aéreo	134	470	75	8
Ferrovário	56	257	-17	-32
Rodoviário	828	3.303	-8	-5
Outros*	823	2.977	20	15
Total	56.029	203.992	11	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição, o BNDES não havia disponibilizado os dados referentes ao mês de abril. Seguem as últimas informações disponíveis.

Desembolso mensal BNDES

Setor	mar/10 R\$ milhão	jan-mar/2010 R\$ milhão	mar/11 R\$ milhão	Participação %	jan-mar/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	245	467	276	9	639	37
Energia Elétrica e Gás Natural	1.499	2.510	465	15	2.189	-13
Saneamento	216	279	78	3	231	-17
Telecomunicações	47	115	70	2	123	7
Transporte	2.174	6.237	2.204	71	6.814	9
<i>Aéreo</i>	67	92	53	-	161	75
<i>Aquaviário</i>	103	107	194	-	379	256
<i>Terrestre</i>	2.004	6.039	1.956	-	6.274	4
Total Infraestrutura	4.181	9.609	3.092	100	9.996	4

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2011 foi de, aproximadamente, R\$ 1,97 trilhão. Deste valor, aproximadamente R\$ 64 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2011 ou 1,8% do PIB de 2010, que totalizou R\$ 3,675 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,1 bilhões, ou 27% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados, até o dia 28 de junho, R\$ 14,3 bilhões (22% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 2,9 bilhões (5% do autorizado). O pagamento realizado foi no valor de R\$ 2,7 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 17,4 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 6,6 bilhões foram empenhados (39% do orçamento), R\$ 903 milhões foram liquidados e R\$ 845 milhões foram pagos até o dia 28 de junho. Os restos a pagar pagos somam R\$ 4,8 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 5,7 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 471 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2011, cerca de R\$ 1,1 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,6 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 48,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2011.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 48% foram pagos até 28 de junho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 27% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 40,2 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 43% no Ministério das Cidades (R\$ 17,1 bilhões) e 38% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 21% do orçamento autorizado e liquidou 4%, até 28 de junho. O pagamento realizado foi de R\$ 1,5 bilhão e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 10 bilhões, totalizando R\$ 11,7 bilhões pagos. Restam R\$ 22,7 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 28/06/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.104	112	10	7	1	7	1	282	289	792
MAPA	1.212	18	2	1	0	1	0	317	318	1.018
MCT	1.185	266	22	113	10	68	6	261	329	695
MDIC	0	0	-	1	-	1	-	10	12	69
MME	189	9	5	1	1	1	0	24	24	14
M. Transportes	17.135	6.603	39	903	5	845	5	4.833	5.678	5.187
M. Comunicações	123	3	2	0	0	0	0	10	11	39
MMA	176	8	5	5	3	5	3	19	24	19
MDA	1.048	14	1	10	1	10	1	168	178	631
M. Defesa	6.778	2.690	40	642	9	622	9	1.910	2.533	1.821
M. Int. Nacional	4.925	834	17	417	8	416	8	865	1.280	5.007
M. das Cidades	7.616	535	7	165	2	165	2	1.322	1.487	8.533
Outros**	22.763	3.225	14	644	3	560	2	4.648	5.208	15.318
Total	64.254	14.317	22	2.911	5	2.701	4	14.669	17.370	39.142

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2011 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 28/06/2011*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.591	1.727	67	194	8	182	7	371	553	880
Hidroviário	471	18	4	4	1	4	1	95	98	255
Portuário	14	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Rodoviário	13.120	4.764	36	700	5	655	5	4.308	4.963	3.777
Outros	940	94	10	5	1	5	1	59	64	273
Total	17.135	6.603	39	903	5	845	5	4.833	5.678	5.187

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2011

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 28/06/2011*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.136	(1)	1.091	45
União	8.637	(100)	3.137	5.399

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 28/06/2011*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.463	(579)	3.742	5.142
União	48.292	(3.016)	11.532	33.743

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 28/06/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	944	115	12	30	3	30	3	248	279	588
M. Planejamento	3	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	16	16	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	750
MEC	1.371	654	48	2	0	2	0	21	23	28
MME	350	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	354	89	25	31	9	30	8	92	121	118
M. Saúde	1.606	3	0	0	0	0	0	248	248	2.692
M. Transportes	15.366	6.690	44	1.039	7	980	6	4.711	5.691	4.969
M. Cultura	220	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MMA	0	0	-	0	-	0	-	12	12	6
MDA	292	0	0	0	0	0	0	1	1	2
M. Defesa	0	42	-	7	-	6	-	140	147	281
M. Integr. Nacional	2.462	455	18	232	9	231	9	689	920	2.521
M. Cidades	17.147	548	3	178	1	178	1	4.089	4.267	10.734
Total	40.194	8.596	21	1.520	4	1.458	4	10.268	11.726	22.689

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 01 de julho de 2011.